

Contrato nº 296/2020

- PUBLICADO -

DATA 30 / 10 /2020

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

www.mercedes.pr.gov.br

EDIÇÃO: 2378

	PUE	BLICAD	00
DATA ÓRG	30 40:(	10 Prese	12020
PÁGI	V.A	34	ACTION OF THE PROPERTY OF THE PROPERTY OF
Nº ED	IÇÃO	476	59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MERCEDES E A EMPRESA SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI

Contrato n.º 296/2020 Identificação: 3962020

O Município de Mercedes, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representado por sua Prefeita, a Exma. Sra. Cleci M. Rambo Loffi, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Dr. Oswaldo Cruz, nº 331, Centro, nesta Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, inscrita no CPF sob nº. 886.335.359-04, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.107.835-7, expedida pela SSP/PR, a seguir denominado MUNICÍPIO, e a empresa Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, inscrita no CNPJ sob n.º 03.776.284/0036-20, Isento de Inscrição Estadual, com sede na Av. Rio Grande do Sul, nº. 3085, Parque Industrial II, CEP 85.960-000, na Cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Gerente de Unidade, Sr. Thiago D'Arisbo, inscrito no CPF sob n.º 033.249.029-75, portador da Carteira de Identidade n.º 4.800.436-9, expedida pela SSP/PR, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e Legislação pertinente, das condições da Dispensa de Licitação nº. 86/2020, da proposta da contratada, datada de 02/10/2020, e das cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### 1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto do presente instrumento contratual a prestação de serviços de capacitação técnica profissional, a ser disponibilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego do Município de Mercedes, de acordo com as características e demais condições definidas no Edital de Dispensa n.º 86/2020 e em seus Anexos.



Contrato nº 296/2020

#### 2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL:

2.1. Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 25.232,00 (vinte e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais), conforme consignado a seguir:

Item	Descrição			
	Curso: Confecção de enxoval para bebê			
	Carga horária: 80 (oitenta) horas por turma			
	Período início: A partir de outubro de 2020			
	Conteúdo: Identificação de máquinas, equipamentos e acessórios;			
	familiarização com máquinas e equipamentos; corte e costura de peças do			
	vestuário para bebês em tecido plano e malha; técnicas de acabamento de peç			
	escolha do tecido adequado; combinações perfeitas de pesos e estampas;			
	desenvolvimento, corte e costura de edredons, lençol de baixo, sobrelençol, capas			
1	e enchimento para almofadas e travesseiros; costura de bainhas em lençói			
	toalhas, guardanapos e demais peças; aplicação de viés, bicos e rendas em peças			
	de enxovais; planejamento, corte e costura de peças de enxovais em geral.			
	<b>Público alvo:</b> Jovens e adultos, com idade mínima de 14 (catorze) anos;			
	Escolaridade mínima: Ensino fundamental incompleto.			
	Número de turmas: 02 (duas)			
	Número de alunos: 20 (vinte) por turma			
	Valor: R\$ 25.232,00 (vinte e cinco mil, duzentos e trinta e dois			
	reais)			

- Local de realização:

Município de Mercedes;

- Período de Início:

a definir;

- Horário de Início:

a definir;

- Carga Horária total:

160 (cento e sessenta) horas;

- Quantidade total de alunos:

40 (quarenta) alunos;

- Técnico responsável:

A definir, pela Contratada.

Valor total: R\$ 25.323,00 (vinte e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais).

#### 3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

3.1 O Contrato terá vigência de 6 (seis) meses, a contar da data de assinatura, admitida sua prorrogação na forma do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

#### 4 - CLÁUSULA QUARTA - DESPESA:

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.010.23.691.0011.2049 - Fortalecimento Empresarial e de Serviços.

Elemento de despesa:

33903905

Fonte de recurso:

505

Pág 2/9



Contrato nº 296/2020

#### 5 - CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO:

- 5.1 O pedido de pagamento deverá ser devidamente instruído com Nota Fiscal referente ao fornecimento efetuado. A Nota Fiscal correspondente deverá conter o número do Edital e assinatura do responsável pela Secretaria licitante em seu verso, bem como apresentar os dados bancários necessários para que o Município de Mercedes efetue os pagamentos devidos ao fornecedor.
- 5.2 O pagamento será efetuado mensalmente, proporcionalmente aos serviços executados, até o 10° dia do mês subsequente à prestação do serviço, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.
  - 5.2.1 A mora injustificada sujeitará o Município de Mercedes ao pagamento de correção monetária a ser calculada com base na variação do IPCA-IBGE verificada entre a data em que deveria se dar o adimplemento e a data em que efetivamente ocorreu, sem prejuízo da incidência de juros de mora de 0,5% ao mês.
- 5.3 O Município de Mercedes poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
- 5.4 O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

## 6 - CLÁUSULA SEXTA - PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

- 6.1 A execução do objeto se dará conforme cronograma de atividades a ser desenvolvido pelo CONTRATANTE e CONTRATADA. O serviço deverá ser prestado em local indicado pelo CONTRATANTE, após a emissão de Ordem de Serviço, observado o prazo previsto na descrição constante da cláusula segunda.
  - 6.1.1 O prazo de execução admite prorrogação na forma do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.
- 6.2 Materiais didáticos, Unidade Móvel e demais que forem necessários para a plena prestação dos serviços são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 6.3 O Município fica desobrigado da execução total do processo licitatório, caso não haja a real necessidade de utilização do objeto.
- 6.4 Todas as despesas com relação ao objeto, correrão por conta da CONTRATADA.
- 6.5 O objeto será recebido nos termos do art. 73 da Lei n.º 8.666/93, por Comissão designada para tanto.

### 7 - CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Pág 3/9



Contrato nº 296/2020

#### 7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 7.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes à prestação do serviço, que venham a ser solicitados pelos empregados do fornecedor;
- 7.1.2. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do objeto licitado, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, seus Anexos e do Contrato;
- 7.1.3. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas e defeitos verificados;
- 7.1.4. Vistoriar o objeto da licitação, a fim de verificar sua compatibilidade com a especificação técnica constante do instrumento convocatório e seus anexos.

#### 8 - CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:
  - 8.1.1. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - 8.1.2. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo;
  - 8.1.3. Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes do Edital de Dispensa e em seus Anexos;
  - 8.1.4. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo município de Mercedes;
  - 8.1.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento do objeto;
  - 8.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade e desempenho do objeto fornecido;
  - 8.1.7. Comunicar por escrito o CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
  - 8.1.8. Entregar o objeto no prazo e forma ajustados;

Pág 4/9



Contrato nº 296/2020

8.1.9. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa.

#### 09 - CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DO FORNECEDOR:

- 9.1. Adicionalmente, deverá a CONTRATADA:
  - 9.1.1. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldálos na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Mercedes;
  - 9.1.2. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no ato do fornecimento do objeto licitado ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Sede Administrativa do CONTRATANTE;
  - 9.1.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e
  - 9.1.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto da Dispensa.
- 9.2. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, renunciando a CONTRATANTE expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva.
- 9.3. É expressamente proibida ao fornecedor a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município de Mercedes.

# 10 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATADO

- 10.1. Deverá a CONTRATADA observar, ainda, o seguinte:
  - 10.1.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Mercedes, ou que nele ocupe cargo de confiança, durante a vigência deste Contrato;
  - 10.1.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

Pág 5/9



Contrato nº 296/2020

#### 11 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISALIZAÇÃO:

11.1 A execução e fiscalização do Objeto deste contrato serão de responsabilidade do(a) Secretário(a) de Planejamento, Administração e Finanças.

#### 12 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES:

- 12.1 A Contratada, total ou parcialmente inadimplente, estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:
  - 12.1.1 Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento;
  - 12.1.2 Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária, e de 1% por dia após o 30º dia de atraso, limitada a 50% (cinquenta por cento), acumulada com as multas cominatórias abaixo:
    - 12.1.2.1 multa de 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);
    - 12.1.2.2 multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante.
  - 12.1.3 Multa cominatória de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato por descumprimento de obrigação que não constitua mora;
  - 12.1.4 Suspensão temporária do direito de participar em licitação por prazo não superior a 2 (dois) anos, entre outras, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;
  - 12.1.5 Impedimento de licitar e contratar com a Administração, e descredenciamento do Cadastro Municipal de Fornecedores, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos e máximo de 5 (cinco) anos, entre outras, quando:
    - 12.1.5.1 Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
    - 12.1.5.2 Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;
    - 12.1.5.3 Não mantiver a proposta;

Pág 6/9



Contrato nº 296/2020

- 12.1.5.4 Falhar gravemente na execução do contrato;
- 12.1.5.5 Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros.
- 12.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, entre outras, nas seguintes hipóteses:
  - 12.1.6.1 Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
  - 12.1.6.2 Comportar-se de modo inidôneo;
  - 12.1.6.3 Cometer fraude fiscal;
  - 12.1.6.4 Fraudar na execução do contrato.
- 12.2 Na aplicação de sanção será assegurada a observância do contraditório e da ampla defesa, bem como, a possibilidade de recurso/pedido de reconsideração, na forma do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.
- 12.3 As sanções deverá ser aplicadas com a observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, à vista da natureza e gravidade da infração cometida.
- 12.4 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior ou caso fortuito, devidamente justificado e aceito pela Administração Pública, ficará o fornecedor isento das penalidades.
- 12.5 As sanções advertência, de suspensão de licitar e contratar com a Administração Pública, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, poderão ser aplicadas ao fornecedor juntamente com a de multa.
- 12.6 As penalidades de multa deverão ser satisfeitas no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de sua notificação, podendo a autoridade competente determinar seu desconto diretamente das quantias porventura devidas ao contratado.

#### 13 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 13.1. Ressalvado o direito a ampla defesa e ao contraditório, será o contrato rescindido nas seguintes hipóteses:
  - 13.1.1. Descumprimento das condições constantes neste Edital, em seus Anexos e no próprio Contrato;

Pág 7/9



Contrato nº 296/2020

- 13.1.2. For a CONTRATADA declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 13.1.3. For a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 13.2. O CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
  - 13.2.1. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do Contrato, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do avençado.
- 13.3. A comunicação da rescisão ou anulação do Contrato deverá ser feita pessoalmente, ou por correspondência com aviso de recebimento.
  - 13.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da CONTRATADA, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial ou Jornal de Grande circulação, por duas vezes consecutivas, considerando-se rescindido ou anulado o contrato, a contar da última publicação.
- 13.4. Independentemente das previsões retro indicadas, a CONTRATADA poderá solicitar a rescisão do Contrato na ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, e que venha comprometer a perfeita execução contratual.
- 13.5. Ficam expressamente reconhecidos os direitos do CONTRATANTE no caso de rescisão administrativa nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/93.

# 14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 14.1. Para todos os efeitos de direito e para melhor caracterização da execução do objeto, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato os documentos do Edital de Dispensa nº. 86/2020 e, em especial, a proposta de preço e os documentos de habilitação da CONTRATADA.
- 14.2. A execução do Contrato será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/1993.

Pág 8/9



Contrato nº 296/2020

14.2.1. As situações que, eventualmente, não forem contempladas pelo contrato, regular-se-ão pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o artigo 55, inciso XII, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

#### 15 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO COMPETENTE:

15.1. As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, e pelas testemunhas abaixo.

Mercedes – PR, 02 de outubro de 2020.

Município de Mercedes CONTRATANTE

1

Testemunhas:

Marcelo Dieckel

RG nº/8.432.814-6

Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial - SENAI CONTRATADA

Robson Freiberger

RG nº 5.077.570-4